

**QUESTÕES CONTROVERSAS DO
DIREITO DAS FAMÍLIAS NA
CONTEMPORANEIDADE**

DIRCE DO NASCIMENTO PEREIRA
ZILDA MARA CONSALTER
(ORGANIZADORAS)

QUESTÕES CONTROVERSAS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE

AUTORES

Ana Priscila Haile	Juliana Neiverth
Camila Canteri	Lígia Vosgerau
Dilainne Ribeiro Vieira	Maria Cristina Rauch Baranoski
Dirce do Nascimento Pereira	Mariane Letícia Pedroso
Ellen Guimarães Pimentel	Regina Fátima Wolochn
Giorgia Gomes Mohring	Taís Vella Cruz
Jaqueline Dal Magro	Zilda Mara Consalter
João Victor Brincas Ramos	



Belo Horizonte
2015

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia – Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina – Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Manoel Gomes Júnior
Claudia Rosane Roesler	Luiz Moreira
Clèmerson Merlin Clève	Márcio Luís de Oliveira
David França Ribeiro de Carvalho	Maria de Fátima Freire Sá
Dhenis Cruz Madeira	Mário Lúcio Quintão Soares
Dircêo Torrecillas Ramos	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Emerson Garcia	Nelson Rosenvald
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Renato Caram
Florisbal de Souza Del'Olmo	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Frederico Barbosa Gomes	Rodolfo Viana Pereira
Gilberto Bercovici	Rodrigo Almeida Magalhães
Gregório Assagra de Almeida	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Corgosinho	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2015.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva

Revisão: Responsabilidade do Autor

346.017 Questões controversas do direito das famílias na contemporaneidade
Q3 [organizado por] Dirce do Nascimento Pereira e Zilda
2015 Mara Consalter. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.
p.232

ISBN: 978-85-8238-197-7

1. Direito de família. 2. Paternidade. 3. Guarda compartilhada. 4. Alienação parental.
5. Direitos da Infância e da Juventude. 6. Família – Direitos sociais. 7. Adoção homoafetiva.
I. Pereira, Dirce do Nascimento (org.). II. Consalter, Zilda Mara (org.). III. Título.

CDD(23.ed.) – 346.017
CDDir – 344.6

Elaborada por: Fátima Falci
CRB/6-nº 700

MATRIZ

Rua do Ouro, 603 – Bairro Serra
Belo Horizonte/MG - CEP 30210-590
Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 – Bairro Sé
São Paulo/SP - CEP 01006-000
Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2015

“Família é a consciência do nós.” (San Tiago Dantas)

AGRADECIMENTOS

Com grande alegria entregamos ao público em geral, o resultado dos estudos realizados pelos pesquisadores do Curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa na seara do direito das famílias contemporâneas.

Temos o prazer de conduzir e organizar os estudos de pessoas inquietas e inconformadas com o estado das coisas, sendo considerando isto positivo, pois diariamente nos deparamos com questões relativas aos arranjos familiares atuais que merecem uma reflexão profunda e um posicionamento sob o prisma jurídico.

Destacamos que nenhum dos autores se furtou à empreitada, debruçando-se sobre aspectos tormentosos e ainda bastante áridos teoricamente, tendo enfrentado suas angústias com coragem, pois esta “é a primeira das qualidades humanas, porque garante todas as outras” (Aristóteles).

Assim, a todos os coautores desta obra, o nosso profundo agradecimento por acreditarem no nosso sonho e nas nossas ideias, por compartilharem conosco a preocupação com um direito das famílias plural e voltado cada vez mais ao ser humano.

Também é importante mencionar que do trabalho realizado não resultaria nessa obra não fosse a imprescindível colaboração de algumas pessoas, entre elas, os mestres Flávio Correia de Almeida, Ana Paula Parra Leite, Regina Fátima Wolochn, Maria Cristina Rauch Baranoski, Melissa Andreia Smaniotto, Adriana Cançado, Jussara Ayres Bourguignon e Vanderlei Schneider de Lima, pelas valiosíssimas contribuições quando da participação nos encontros, por reconhecerem o valor e acreditarem no projeto, quando muitos sequer apostavam na sua sequência.

Além destes, também gostaríamos de agradecer, especialmente, as professoras Adriana Sant’Anna e Fabiana Borgonhone pelo companheirismo, pela participação nos encontros mensais do projeto, pela animação com que dispõem do seu precioso tempo para dividir conosco o muito que sabem; enfim, por depositarem em nós e no projeto a fé e confiança que muitas vezes nos faltam. Aqui, como organizadoras desta obra, externamos nossa profunda gratidão àqueles que compartilham da opinião que é estudando muito e investindo na educação é que construiremos um país melhor.

Também é o momento oportuno para agradecermos às nossas famílias: amores que sabem compreender a nossa ausência em prol da dedicação aos estudos e aos alunos.

Finalmente, destacamos que eventuais críticas à obra serão sempre muito bem-vindas e, caso sejam pertinentes, serão prontamente acatadas para melhorar cada vez mais os próximos trabalhos (já em andamento) dos pesquisadores envolvidos. A estas, que vierem de bom coração, antecipadamente agradecemos.

Ponta Grossa, inverno de 2015.

DIRCE DO NASCIMENTO PEREIRA e ZILDA MARA CONSALTER
Organizadoras

SUMÁRIO

PREFÁCIO	X
CAPÍTULO 1	
O RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE SIMULTÂNEA E SEUS REFLEXOS JURÍDICOS NA SEARA SUCESSÓRIA	
<i>Dirce do Nascimento Pereira</i>	1
CAPÍTULO 2	
O DESAMOR E SEUS CONSECUTÓRIOS JURÍDICOS NO ÂMBITO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS	
<i>Zilda Mara Consalter</i>	24
CAPÍTULO 3	
A RESPONSABILIDADE AFETIVA NA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR	
<i>Ana Priscila Haile e Dirce do Nascimento Pereira</i>	47
CAPÍTULO 4	
A BUSCA DA CONVIVÊNCIA HARMÔNICA COMO RESULTADO DA GUARDA COMPARTILHADA	
<i>Zilda Mara Consalter e Camila Canteri</i>	65
CAPÍTULO 5	
A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR ENTRE PARENTES POR AFINIDADE	
<i>Dilainne Ribeiro Vieira, Giorgia Gomes Mobering e Zilda Mara Consalter</i>	85
CAPÍTULO 6	
O DEVER DECORRENTE DO PODER FAMILIAR E A CONFIGURAÇÃO DO ABANDONO AFETIVO	
<i>Dirce do Nascimento Pereira e Ellen Guimarães Pimentel</i>	104

CAPÍTULO 7	
A POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DE UMA UNIÃO PARALELA COMO ENTIDADE FAMILIAR FRENTE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	
<i>Jaqueline Dal Magro e Zilda Mara Consalter</i>	119
CAPÍTULO 8	
A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL COMO VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA INFANCIA E DA JUVENTUDE	
<i>Mariane Letícia Pedroso e Dirce do Nascimento Pereira.....</i>	149
CAPÍTULO 9	
A ANÁLISE DO AUXÍLIO RECLUSÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE AMPARO À FAMÍLIA E CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS	
<i>Taís Vella Cruz e Lígia Vosgerau</i>	166
CAPÍTULO 10	
A ADOÇÃO HOMOAFETIVA COMO VALORIZAÇÃO JURÍDICA DO AFETO	
<i>Julyana Neiverth, Regina Fátima Wolochn e Maria Cristina Rauch Baranoski.....</i>	182
CAPÍTULO 11	
A AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DE PATERNIDADE: DIREITOS, CONSEQUÊNCIAS E DILEMAS DE QUANDO O DIREITO É CHAMADO A ATUAR	
<i>Zilda Mara Consalter, Taís Vella Cruz e João Victor Brincas Ramos</i>	195

PREFÁCIO

Esta publicação tem cores duplamente comemorativas:

Primeiro, pelas comemorações do aniversário de sessenta anos do Curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Segundo, porque representa a conquista dos pesquisadores envolvidos no âmbito de um projeto de pesquisa que se desenvolve nas dependências da Universidade Estadual de Ponta Grossa e que visa a aprimorar ainda mais o conteúdo exposto nas salas de aula, bem como a buscar, nas atividades extracurriculares, um motivo a mais para compreender e melhor trilhar o infinito caminho da Ciência Jurídica. O grupo de pesquisa é formalizado perante a UEPG desde 2012 e tem a seguinte denominação: Questões Controversas no Direito das Famílias na Contemporaneidade (PROPESP/UEPG 2012/2013/2014/2015/2016). Ele é coordenado pelas professoras Zilda Mara Consalter e Dirce do Nascimento Pereira, ambas lotadas no Departamento de Direito das Relações Sociais da UEPG.

Fiel à proposta de tornar públicos apenas resultados fidedignos e confiáveis na área do Direito das Famílias, cada capítulo desse livro reflete as constatações a que chegaram os pesquisadores nos encontros mensais do grupo envolvido, sempre leal à prática de abordar assuntos atuais, relevantes e que suscitem profunda reflexão por parte da comunidade acadêmica e jurídica.

O capítulo inaugural discorre sobre questões conflitivas surgidas na relação paterno-filial, principalmente em razão dos arranjos familiares existentes atualmente. Nesse sentido, surge a discussão quanto à possibilidade do reconhecimento da paternidade simultânea e a inexistência de hierarquia entre a paternidade biológica e socioafetiva. No entanto, a partir do momento em que há a aceitação da dupla paternidade, emerge também a discussão quanto aos reflexos jurídicos dessa nova perspectiva, principalmente no que se refere ao aspecto patrimonial.

No segundo capítulo narra-se quais são as principais consequências jurídicas da aplicação da teoria do desamor, ou abandono afetivo, tanto na relação ascendente-descendente quanto na relação descendente-ascendente. Também se analisa aspectos desse instituto frente à nova concepção do instituto familiar, bem como se apontam eventuais opções jurídicas quando da incidência dessa teoria, afora a compensação civil pelos danos morais causados em razão do afastamento emocional e psicológico, que é tese já esposada por grande parte da doutrina e jurisprudência pátrias.

O terceiro capítulo contém abordagem sobre a obrigação alimentar frente à paternidade socioafetiva, evidenciando, por meio das decisões dos Tribunais, fato que vem sendo considerado independentemente da formalização mediante a respectiva certidão de nascimento.

A guarda compartilhada é objeto do quarto capítulo, eis que garante a igualdade entre os pais na efetivação da educação, convívio e participação ativa na vida de seus filhos. Nele, avalia-se a importância da guarda compartilhada para o ideal desenvolvimento do menor, analisando o tratamento doutrinário e legislativo no tocante ao instituto, apresentando, também, o instituto do poder familiar, a guarda dos filhos e as vantagens e desvantagens da aplicação da guarda compartilhada. É um tema recente e de grande relevância social, pois os demais modelos de guarda existentes no ordenamento jurídico brasileiro apenas privilegiam um dos genitores em detrimento do outro. Assim, o instituto da guarda compartilhada surgiu para suprir as carências que outros modelos de guarda possuem.

A obrigação alimentar continua a ser tratada no quinto capítulo, mas desta feita quanto aos afins, tomando-se como base os princípios da solidariedade familiar e o da afetividade, ambos fundamentadores da busca comum pela completa realização no âmbito familiar.

No sexto capítulo é tratada a responsabilidade civil por abandono afetivo, eis que com a entrada em vigência da Constituição Federal de 1988 e com as mudanças ocorridas no Direito das Famílias e no Estatuto da Criança e do Adolescente, o afeto passou a ser considerado o elemento essencial para a caracterização do vínculo familiar, bem como foram ampliados os deveres dos pais para seus filhos.

As uniões simultâneas são tratadas no sétimo capítulo. A abordagem foi feita considerando-se que a família é um instituto em constante transformação que, no decorrer da evolução do tempo histórico, transformou-se para se adaptar a ser um espaço de realização de seus integrantes. Considerando o novo conceito repersonalizado de família, o texto analisa a possibilidade de erigir uma união simultânea ao status constitucional de entidade familiar englobado pelo conceito trazido pelo artigo 226 da Constituição de 1988.

Os traumas ocasionados pelo rompimento afetivo na relação paterno-filial, em especial quando instaurada a Síndrome da Alienação Parental (SAP) é tema do oitavo capítulo, sendo que tal fenômeno é capaz de destruir o vínculo afetivo que une pais e filhos, causando danos emocionais e psicológicos. Tanto isso é fato que a Lei n. 12.318/10 é específica sobre o assunto, uma vez que se refere a um problema social em que a criança é a maior vítima, sendo o principal objetivo da análise a contribuição para a defesa dos direitos fundamentais da criança e adolescente.

No nono capítulo há um estudo interdisciplinar, com conexão entre o direito previdenciário e processual penal, eis que se avalia o auxílio reclusão como instrumento de proteção dos arranjos familiares. Coube, então, discorrer a respeito de algumas questões essenciais para a desmistificação do benefício, por vezes alvo de inúmeras críticas. Nele, é possível perceber que a concessão do benefício não deve ser discriminada, vez que seu intuito maior é servir de amparo à família do detento,

por vezes amenizando o quadro das mazelas sociais existentes e ao mesmo tempo, em sintonia com princípios constitucionais, como o da responsabilidade pessoal e da humanidade.

No penúltimo capítulo aborda-se a adoção de crianças por casais homoafetivos, especialmente a necessidade de tratamento igualitário desse novo arranjo familiar como forma de garantir o constitucional melhor interesse da criança.

Por derradeiro encontra-se outro tema interdisciplinar entre o direito de família e o processual civil: ação declaratória negativa de paternidade, que é cenário de um conflito entre diferentes direitos, pois de um lado há o direito do pai de contestar a paternidade e, do outro, o direito do filho de manter seu estado de filiação. No seu desenvolvimento levanta-se uma reflexão acerca dos efeitos que esta ação pode gerar para as partes, principalmente para a criança, e ainda como esses efeitos refletem na estrutura da família, e, por conseguinte, na sociedade. Para tanto, a paternidade socioafetiva deve ser juridicamente equiparável à paternidade genética, sempre com intuito de zelar pela segurança das relações familiares, enquanto base da sociedade.

Penso que sejam essas as principais informações sobre o livro que está agora a ser editado pela Editora Arraes e que vai certamente enriquecer a Biblioteca jurídica brasileira.

Recomendo a leitura dessa obra, que, abordando assuntos jurídicos importantes na área do Direito de Família brasileiro, vem preencher espaço no tratamento dos temas enfocados e merecem ser estudados nas contingências atuais.

ÁLVARO VILLAÇA AZEVEDO

Professor Titular em Direito Civil

Faculdade de Direito do Largo de São Francisco

Universidade de São Paulo